

## Referências das Rotinas Administrativas da EMERJ

Portal do Conhecimento/ Legislação/ Referências das Rotinas Administrativas

### **RAD-EMERJ-001 – Documento Estratégico da EMERJ**

Com vigência a partir de 01/07/2019

RAD sem Referências

### **RAD-EMERJ-002 – Preparar Concurso Público para Ingresso na EMERJ**

Com vigência a partir de 28/06/2019

**Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da EMERJ;**

---

**Ato Regimental da EMERJ nº 02/2014**, que dispõe sobre vagas para candidatos afrodescendentes e indígenas;

---

**Portaria EMERJ nº 10/2018** Institui a Comissão de Concurso Público para Seleção e Ingresso no Curso de Especialização em Direito Público e Privado - EMERJ.

### **RAD-EMERJ-003 – Programar Cursos de Especialização**

Com vigência a partir de 07/06/2018

**Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.**

### **RAD-EMERJ-004 – Elaborar Cadernos de Exercícios**

Com vigência a partir de 24/07/2019

**Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.**

### **RAD-EMERJ-005 – Realizar Aulas e Avaliar Professores**

Com vigência a partir de 11/06/2018

**Regimento do Curso de Especialização em Direito para a Carreira da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.**

### **RAD-EMERJ-006 – Elaborar Provas**

Com vigência a partir de 07/06/2018

**Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.**

### **RAD-EMERJ-007 – Coordenar Secretaria Acadêmica**

Com vigência a partir de 19/10/2018

**Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.**

---

**Regulamento do Trabalho Jurídico-científico de Conclusão de Curso da EMERJ**

---

**Regulamento dos Estágios da EMERJ**

---

**Ato Regimental 02/2010** - Resolve que os requerimentos formulados a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ deverão ser apreciados nos prazos que menciona, contados da data em que foram protocolados.

---

**Ato Regimental 02/2014** – Dispõe sobre vagas para candidatos Afrodescendentes e Indígenas.

### **RAD-EMERJ-008 – Selecionar e Convidar Professores**

Com vigência a partir de 08/06/2018

**Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.**

### **RAD-EMERJ-009 – Gerenciar Programa de Estágio**

Com vigência a partir de 14/06/2019

**Regulamento dos Estágios**

**RAD-EMERJ-010 – Realizar Estudos e Pesquisas**

Com vigência a partir de 01/07/2019

**Ato Regimental 01/2019 da EMERJ** - Cancela os Atos Regimentais nº 09, de 14 de março de 2017 e nº 11, de 25 de abril de 2017, alterando, redefinindo e atualizando a estrutura dos Fóruns Permanentes da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ, passando a ter a seguinte redação;

---

**Resolução CM nº 07/2016** - Dispõe sobre os critérios para o Desenvolvimento de Pessoas nas carreiras do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, mediante ações de capacitação.

**RAD-EMERJ-011 – Realizar Curso Oficial de Formação Inicial para Magistrado**

Com vigência a partir de 12/06/2018

**Resolução ENFAM nº 2/2016** – Dispõe sobre os programas para a formação e o aperfeiçoamento de magistrados e regulamenta os cursos oficiais para o ingresso, a formação inicial e o aperfeiçoamento de magistrados e de formadores;

---

**Instrução Normativa ENFAM nº 1/2017** - Disciplina o credenciamento de cursos oficiais;

---

**Resolução ENFAM nº 2/2017** – Altera a Resolução ENFAM 2/2016;

---

**Ato Executivo nº 1165/2013** – Institui a Comissão Judiciária de Articulação dos Juizados Especiais – COJES do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Resolução nº 174/2013** – CNJ – Dispõe sobre a atividade de juiz leigo no Sistema de Juizados Especiais dos Estados e do Distrito Federal.

**RAD-EMERJ-012 – Realizar Cursos Oficiais de Aperfeiçoamento para Fins de Vitaliciamento**

Com vigência a partir de 18/02/2019

**Resolução nº 08/2018** – Modifica a Resolução 10/2012 do Conselho da Magistratura que regula o processo de vitaliciamento dos magistrados do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro;

---

**Resolução nº 10/2012 do Conselho da Magistratura** – Regula o processo de vitaliciamento dos juizes do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro;

---

**Resolução ENFAM nº 2 de 8 de Junho de 2016** – Dispõe sobre os programas para a formação e o aperfeiçoamento de magistrados e regulamenta os cursos oficiais para o ingresso, a formação inicial e o aperfeiçoamento de magistrados e de formadores;

---

**Instrução Normativa ENFAM nº1 de 03 de maio de 2017.** Disciplina o credenciamento de cursos oficiais;

---

**Resolução nº 11/2016 do Conselho da Magistratura** - Modifica a Resolução CM nº 10/2012 que regula o processo de Vitaliciamento dos Magistrados do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Resolução ENFAM nº 2/2017** – Altera a Resolução ENFAM 2/2016.

---

**Ato Regimental Nº 03/2017 da EMERJ** - Estrutura a Comissão de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da EMERJ e define suas atribuições.

### **RAD-EMERJ-013 – Realizar Cursos Oficiais de Aperfeiçoamento para Promoção na Carreira**

Com vigência a partir de 24/05/2019

**Resolução nº 106/2010** – Dispõe sobre os critérios objetivos para aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos Tribunais de 2º grau.

---

**Resolução nº 2/2016** – Dispõe sobre os programas para a formação, e o aperfeiçoamento de magistrados e regulamenta os cursos oficiais para o ingresso, a formação inicial e o aperfeiçoamento de magistrados e de formadores;

---

**Instrução Normativa nº 1/2017** – Disciplina o credenciamento de cursos oficiais da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM);

---

**Ato Regimental nº 03/2017** – Dispõe sobre a estrutura da Comissão de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – COMAM;

---

**Resolução nº 2/2017** – Altera a Resolução ENFAM n.2 de 8 de junho de 2016, que dispõe sobre os programas para a formação e o aperfeiçoamento de magistrados e regulamenta os cursos oficiais para o ingresso, a

formação inicial e o aperfeiçoamento de magistrados e de formadores;

---

**Resolução nº 4/2017** – Altera a Resolução ENFAM n.2 de 8 de junho de 2016, que dispõe sobre os programas para a formação e o aperfeiçoamento de magistrados e regulamenta os cursos oficiais para o ingresso, a formação inicial e o aperfeiçoamento de magistrados e de formadores.

### **RAD-EMERJ-014 – Protocolizar Documento**

Com vigência a partir de 24/06/2019

**Decreto nº 3.147, de 28 de abril de 1980.** Regulamenta o Capítulo IV do Título V do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública, aprovado pela Lei nº 287, de 04/12/79, que dispõe sobre a concessão, a aplicação e a comprovação dos adiantamentos e dá outras providências.

---

**Ato Normativo TJ nº 16, de 01 de julho de 2010,** alterado pelos Atos Normativos TJ nº 18, de 06 de julho de 2010 e nº 22, de 10 de agosto de 2010. Consolida e disciplina as normas e procedimentos gerais de concessão, aplicação e prestação de contas de adiantamento, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

---

**Lei 8.666/1993** - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

---

**Ato Normativo nº 03/2018** – Altera o Ato Normativo TJ nº. 16, de 01/07/2010 (ESTADUAL).

### **RAD-EMERJ-016 – Administrar o Quadro de Pessoal**

Com vigência a partir de 10/07/2019

**Decreto 2479/1979** - Aprova o Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Decreto-lei nº 220/1975** - Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Ato Normativo 26/2009** – Disciplina o exercício do direito às férias dos servidores do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Lei 8.666/1993** - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

---

**Lei nº 11.788, de 25.09.2008** - Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

## **RAD-EMERJ-017 – Gerenciar Compras**

Com vigência a partir de 24/06/2019

**Lei Federal 8.666/1993** - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

---

**Lei Federal 10.520/2002** - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

---

**Lei Complementar 123/2006** - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis n. 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1. de maio de 1943, da Lei n. 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar n. 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis n. 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999;

---

**Ato Executivo TJ nº 141/2018** - Dispõe sobre o dever de cumprimento da Deliberação TCE-RJ nº 281/17 no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Deliberação TCE nº 280/2017** - Estabelece normas a serem observadas pelos órgãos e entidades estaduais e municipais da Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes, sob a jurisdição do Tribunal de Contas, visando ao controle e à fiscalização dos atos administrativos que especifica;

---

**Deliberação TCE nº 281/2017** - dispõe sobre o Sistema Integrado de Gestão Fiscal - SIGFIS e dá outras providências.

---

## **RAD-EMERJ-018 – Coordenar Serviços Gerais de Infraestrutura e Logística**

Com vigência a partir de 14/06/2019

RAD sem Referências

## **RAD-EMERJ-019 – Gerenciar Suporte de Áudio e Vídeo**

Com vigência a partir de 18/07/2019

RAD sem Referências

---

## **RAD-EMERJ-020 – Editar Publicações e Gerar Impressos**

Com vigência a partir de 24/06/2019

RAD sem Referências

## **RAD-EMERJ-021 – Gerenciar Guarda, Controle e Distribuição de Material**

Com vigência a partir de 24/07/2019

**Lei Federal 8.666/93**, art. 24, II. - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

---

**Deliberação 278/17 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE)** - Dispõe sobre a apresentação da Prestação de Contas Anual de Gestão, no âmbito da Administração Estadual e dá outras providências;

---

**Lei 4.320/64** - Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

---

**Classificador de Receita e Despesa (Governo do Estado do Rio de Janeiro).**

---

**Lista de Classificação – Índice Alfabético de Classes** (Secretaria de Estado de Administração do Governo do Estado do Rio de Janeiro – Superintendência de Material);

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº 28/2015** – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Portaria Conjunta RFP/PGFN Nº 1751, DE 02/10/2014** – Dispõe sobre a prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional.

---

## **RAD-EMERJ-022 – Realizar Atividades Relativas à Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial**

Com vigência a partir de 01/07/2019

**Lei Estadual 287, de 4 de dezembro de 1979** - Aprova o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências, com alteração da Lei 3506/00;

---

**Lei 4.320, de 17 de março de 1964** - Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

---

---

**Lei 8.666/93** - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

---

**Deliberação nº 198/96 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro** - TCERJ Dispõe sobre a instauração e organização de processos de prestação de contas, tomada de contas e tomada de contas especial, no âmbito da Administração Estadual, e dá outras providências.

**MCASP – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público.**

### **RAD-EMERJ-023 – Realizar Conciliação Bancária**

Com vigência a partir de 02/06/2017

---

**Lei nº 287, de 04/12/1979** – Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Lei 3506, de 13/12/2000** – Altera os dispositivos da Lei 287, de 04/12/1979.

---

**Lei 1.624, de 12/03/1990** – Criou o Fundo Especial da EMERJ.

---

**Lei nº 4.320, de 17/03/1964** - Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

---

**Manual SGEMERJ** – Controle do Fundo EMERJ.

### **RAD-EMERJ-024 – Realizar Conciliação Bancária e o Agendamento do Pagamento de Despesas**

Com vigência a partir de 24/06/2019

---

**Lei nº 287, de 04/12/1979** - Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro.

---

**Lei 3.506, de 13/12/2000** - Altera os dispositivos da Lei 287, de 04/12/1979.

---

**Lei 1.624, de 12/03/1990** - Criou o Fundo Especial da EMERJ.

---

**Lei nº 8.666, de 21/06/1993** - Lei das Licitações e Contratos da Administração Pública.

---



---

**Lei nº 4.320, de 17/03/1964**, Lei de Normas Gerais de Direito Financeiro.

---

**Manual SGEMERJ** – Controle do Fundo EMERJ.

---

**Manual MCASP** – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

## **RAD-EMERJ-025 – Gerenciamento das Arrecadações do Fundo Especial da EMERJ**

Com vigência a partir de 24/06/2019

**Lei 1.624, de 12/04/1990** - Criou o Fundo Especial da EMERJ.

---

**Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado;**

---

**SGEMERJ (CONPAG)** – Manual do Usuário (SGEMERJ Módulo 3)

## **RAD-EMERJ-026 – Planejar e Realizar as Atividades do Gabinete da Direção-Geral da EMERJ**

Com vigência a partir de 11/06/2018

**Manual de Elaboração de Atos Formais de Gestão Administrativa do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.**

## **RAD-EMERJ-027 – Coordenar a Biblioteca da EMERJ**

Com vigência a partir de 28/06/2019

**Classificação Decimal de Direito**

---

**Normas de documentação da ABNT**

---

**Tabela de CUTTER**

---

**Vocabulário Controlado Básico do PRODASEN**

---

**Tesouro Jurídico da Justiça Federal**

---

---

**Tesouro do Senado Federal**

---

**Vocabulário Jurídico (Tesouro) do STF**

---

**Vocabulário Jurídico controlado (Tesouro) do STJ**

---

**Vocabulário Controlado de Termos Jurídicos da Biblioteca da EMERJ**

---

**Manual de Seleção de Atos Oficiais para indexação**

---

**Normas de Atendimento da Biblioteca e da Videoteca**

---

**Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.**

### **RAD-EMERJ-029 – Medir a Percepção dos Clientes da EMERJ**

Com vigência a partir de 25/07/2019

RAD sem Referências

### **RAD-EMERJ-030 – Selecionar e Avaliar Fornecedores**

Com vigência a partir de 18/04/2018

**Lei 8.666/1993** - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

---

**Lei 10.520/2002** - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

---

**Lei Complementar 123/2006** - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999;

---

**Lei Estadual nº 287/79** – Aprova o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

---

## **RAD-EMERJ-031 – Tratamento de Saídas e de Produtos não Conformes na EMERJ**

Com vigência a partir de 17/05/2019

RAD sem Referências

## **RAD-EMERJ-033 – Coordenar os Trabalhos de Conclusão de Curso**

Com vigência a partir de 08/06/2018

**Regulamento do Trabalho Jurídico-Científico de conclusão de Curso da EMERJ**

---

**Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.**

---

**Caderno de Normas para a Elaboração e a Apresentação dos Trabalhos de Conclusão de Curso da EMERJ.**

## **RAD-EMERJ-034 – Gerir Recursos de Informática**

Com vigência a partir de 24/06/2019

**Manual de Backup de Arquivos disponível em <https://portaltj.tjrj.jus.br/>. Para localizar o manual é necessário estar logado na intranet. O caminho de acesso é Serviços > Manuais e Vídeos dos Sistemas de Informática > Manuais e Vídeos Internos > Backup de Arquivos.**

## **RAD-EMERJ-035 – Gerenciar Cotações**

Com vigência a partir de 24/06/2019

**Lei 8666/1993** - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências - artigo 24, inciso II;

---

**Decreto Federal 9.412/2018** - Atualiza os valores das modalidades de licitação de que trata o art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

---

**Decreto 3147/1980** - Regulamenta o Capítulo IV do Título V do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública, aprovado pela Lei nº 287 de 04/12/79, que dispõe sobre a concessão, a aplicação e a comprovação dos adiantamentos e dá outras providências.

---

**Lei nº 8.036/90, art. 27** – Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

---

---

---

**Lei nº 9.012/95, art. 2º** - Proíbe as instituições de crédito de conceder empréstimo, financiamentos e outros benefícios a pessoas jurídicas em débito com o FGTS;

---

**Portaria nº 358/14** – Dispõe sobre a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil-RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional-PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União-DAU por elas administrados;

---

**Ato Normativo TJ nº 16, de 01 de julho de 2010**, com as alterações do Ato Normativo TJ Nº 03/2018. Consolida e disciplina as normas e procedimentos gerais de concessão, aplicação e prestação de contas de adiantamento, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Manual de Adiantamento do PJERJ**, do ano de 2012.

---

**Ato Normativo nº 03/2019** – Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências.

### **RAD-EMERJ-037 – Realizar a Comunicação Institucional**

Com vigência a partir de 31/05/2019

**RAD sem Referências**

### **RAD-EMERJ-038 – Coordenar Curso de Extensão**

Com vigência a partir de 17/10/2018

**RAD sem Referências**

### **RAD-EMERJ-039 – Estruturar, Programar e Realizar Cursos de Especialização em Nível de Pós-Graduação Lato Sensu**

Com vigência a partir de 24/10/2018.

**Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro;**

---

**Regulamento do Trabalho Jurídico-Científico de Conclusão de Curso da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro;**

---

**Tabelas de diversos pagamentos realizados na EMERJ;**

---

---

**Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996- Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;**

---

**Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007-** Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização.

---

**Deliberação CEE/RJ nº 328/2012-** Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização;

---

**Parecer CEE/RJ nº 32/2008;**

---

**Parecer CEE/RJ nº 29/2010;**

---

**Parecer CEE/RJ nº 251/2010;**

---

**Parecer CEE/RJ Nº 031/2014.**

**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento  
Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento**

Elaborado e disponibilizado pela Equipe do Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento da  
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: [seesc@tjrj.jus.br](mailto:seesc@tjrj.jus.br)

23/07/2019